

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL - CMAS Nº 10/2004.** Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e
3 quatro, das 13h30 às 16h15, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência
4 Social – SEMAS, reuniram-se para reunião ordinária do CMAS, convocada por sua
5 presidente Sra. Vera Lúcia Tillmann Felisberto, conselheira titular, representante da
6 Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente – SECRIAD, as seguintes pessoas:
7 Maria Lenira Fiamoncini, conselheira titular, representante da categoria Organizações de
8 Usuários; Sra. Luciane Bernardi Mueller, conselheira suplente, representante da categoria
9 Entidades e Organizações de Assistência Social; Sra. Vanessa Raquel Cardoso,
10 conselheira titular, representante da categoria de Entidades e Organizações de
11 Assistência Social; Sr. Umberto de Oliveira Campos, conselheiro titular, representante da
12 categoria Entidades e Organizações de Assistência Social; Sra. Erivanda Oliveira Farias,
13 conselheira suplente, representante da categoria Entidades e Organizações de
14 Assistência Social; Sra. Irene Wiggers, conselheira titular, representante da categoria
15 Trabalhadores do Setor; Sra. Helena Maria Lima Cunha, representante da categoria
16 Defesa de Direitos do Cidadão; Sr. Maurício Weidgenant, conselheiro titular,
17 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; Sra. Luzia Müller,
18 conselheira titular, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Sérgio Gonçalves,
19 representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico
20 – SETREDE; Sra. Sandra Mogk da Silva, conselheira titular, representante da Secretaria
21 Municipal de Educação – SEMED; Sra. Marilda Angioni, conselheira titular, representante
22 da Universidade Regional de Blumenau e Sras. Erica Lídia Schmitt e Letícia Wehmuth
23 Alves Caputo da Equipe de Assessoria aos Conselhos e Entidades. A presidente do
24 CMAS saudou a todos os presentes e parabenizou os profissionais de Serviço Social pela
25 passagem do seu dia. Procedeu a leitura da Convocação nº 12/2004. **1. Leitura e**
26 **Aprovação da Ata Anterior.** A ata nº 09/04 foi **APROVADA** sem alterações. **2.**
27 **Correspondências e Informes.** a) Convite Ofício SECAP nº 019/2004, solicitando
28 parecer de impacto social para recebimento de emenda parlamentar para APAE no valor
29 de R\$ 60.000,00 com contrapartida de R\$ 12.000,00, totalizando o valor de R\$ 72.000,00.
30 A Sra. Letícia da Assessoria explicou que este ofício chegou logo após a última reunião
31 do CMAS e que o parecer tinha prazo para ser encaminhado por motivo do processo
32 eleitoral que ocorrerá neste ano. **ENCAMINHAMENTO:** Parecer **APROVADO** e emitido
33 pelo CMAS. b) Ofício nº 008/04 do Conselho Comunitário Fortaleza, encaminhando cópia
34 da ata da eleição de sua nova diretoria, alvará sanitário e alvará de localização
35 atualizados. **ENCAMINHAMENTO:** A assessoria deverá providenciar a atualização dos
36 dados da diretoria e encaminhar ofício do CMAS parabenizando-a. c) Ofício nº 304/04 da
37 Câmara de Vereadores, acusando o recebimento de ofício informando a nova diretoria do
38 CMAS e parabenizando-a. d) Cronograma de Visitas – Abril e Maio/2004 da Comissão de
39 Monitoramento e Avaliação. **ENCAMINHAMENTO:** Encaminhar o cronograma aos
40 conselheiros via e-mail. e) Correspondência do Centro Terapêutico Jovens Livres, em
41 resposta ao ofício CMAS 026/04, informando que a entidade tem escritório em Blumenau,
42 mas executa suas atividades no município de Gaspar. Por esse motivo a entidade não
43 encaminhou projeto. A assessoria informou que a entidade está inscrita no CMAS do
44 município de Gaspar e que conforme a Resolução CMAS 018/03 a necessidade de
45 inscrição da entidade é no município em que a mesma executa suas atividades. f) E-mail
46 da conselheira Marilda, solicitando algumas informações acerca das reuniões do CMAS:
47 carga horária, local, demanda, etc. **ENCAMINHAMENTO:** Resposta já encaminhada via
48 e-mail. g) Ofício da Associação Voluntários de São Roque – AVSR nº 0315/04,
49 informando a nova diretoria da entidade. **ENCAMINHAMENTO:** Providenciar atualização
50 dos dados da diretoria e encaminhar ofício do CMAS parabenizando-a. h) Ofício SEMAS
51 nº 267/04, informando o valor não repassado às entidades pelo não cumprimento de
52 metas. **ENCAMINHAMENTO:** Encaminhar à Comissão Permanente de Financiamento da

53 Assistência Social – CPFAS. i) Decreto nº 7675/04, que aprova o Regimento Interno do
54 CMAS. j) Ofício nº 86/04 da Fundação ABRINQ, encaminhando a publicação
55 “Comunidade Lua Nova – Uma Experiência de acolhimento a jovens mães em situação de
56 risco social” que relata a experiência da Associação Lua Nova, do Estado de São Paulo,
57 no atendimento a jovens mães. **ENCAMINHAMENTO:** Biblioteca do CMAS. k) Convite da
58 ADVB, para “Almoço de Idéias” com a economista Salette Lemos, abordando o tema
59 “Perspectivas para Economia”. Dia 24/05, às 12h em Joinville. Custo: R\$ 30,00. l) Ofício
60 SEMAS nº 280/04, solicitando Declaração de Impacto Social quanto ao 4º Processo de
61 Revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, onde serão revisados e avaliados
62 por profissionais de Serviço Social da SEMAS, os benefícios concedidos no período de
63 01/08/00 à 30/11/01. A Sra. Erica da assessoria esclareceu que o município receberá
64 recurso no valor de R\$ 882,00 para revisão de 49 benefícios, sendo que o mesmo só
65 poderá ser utilizado para materiais de expediente e virá diretamente para o município.
66 Explicou ainda que o papel do município é fazer as referidas revisões, do Estado é
67 realizar capacitação e da União repassar o recurso para execução. **ENCAMINHAMENTO:**
68 Foi **APROVADA** a emissão de Declaração de Impacto Social. m) Parecer nº 0486/04 do
69 Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, em resposta ao questionamento
70 do CMAS acerca da vinculação de receita municipal ao Fundo Municipal de Assistência
71 Social. A Sra. Erica da assessoria explicou que o IBAM, em seu parecer, coloca que “a
72 Constituição veda, no art. 164, inciso IV a vinculação da receita de impostos a órgão,
73 fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para ações e serviços públicos de
74 saúde, para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para a realização de atividades
75 de administração tributária”. O parecer coloca ainda que “o Conselho Nacional de
76 Assistência Social pretende que seja apresentada emenda constitucional permitindo, ou
77 melhor obrigando a vinculação da receita de impostos à Assistência Social, a exemplo do
78 que hoje acontece na manutenção e desenvolvimento do ensino, para ações e serviços
79 públicos de saúde e para realização das atividades da administração tributária. Até que
80 seja promulgada a referida emenda, a destinação de recursos para os programas de
81 Assistência Social será uma decisão política e administrativa dos administradores locais”.
82 Diante desse parecer, a conselheira Marilda refletiu se o município vai sofrer alguma
83 penalidade com a vinculação de receita. A conselheira Maria Lenira colocou que a
84 vinculação de percentual ao FMAS foi uma conquista das Conferências e do próprio
85 CMAS, que a mudança na Lei Complementar – LC 105/95 foi um retrocesso e que não se
86 recorda de ter sido mencionado, durante a discussão da alteração da lei, a desvinculação
87 do percentual. O conselheiro Maurício discordou da conselheira e colocou que naquele
88 momento de discussão da alteração da LC 105/95, os conselheiros se sentiram
89 contemplados com as explicações da assessoria jurídica e que talvez não se atentaram
90 para essa questão. O conselheiro colocou ainda que o parecer do IBAM é dúbio. Num
91 primeiro momento coloca que a vinculação de receita é inconstitucional e num segundo
92 momento coloca que essa é uma decisão política e administrativa dos administradores
93 locais. Sugere que seja encaminhado à Comissão Permanente de Normas e
94 Regulamentação – CPNR. A Sra. Letícia da assessoria colocou que a CPNR se reuniu e
95 já fez sua proposta de alteração da LC 425/03, e que no momento da discussão, não
96 tinha em mãos o parecer do IBAM. Colocou ainda que a CPNR, após discussão, resolveu
97 colocar novamente a vinculação de no mínimo 2% da receita efetivamente arrecadada na
98 sua proposta de alteração. O conselheiro Sérgio Gonçalves refletiu que o parecer do
99 IBAM não trouxe nenhuma novidade acerca do assunto além do que o CMAS já tinha
100 conhecimento, e que o referido parecer não acrescenta muito na discussão da CPNR.
101 **ENCAMINHAMENTO:** Cópia do parecer 0486/04 do IBAM para o conhecimento de todos
102 os conselheiros, para que na próxima reunião do CMAS, na discussão do relatório da
103 CPNR, o plenário esteja subsidiado para a discussão. n) A Sra. Letícia da assessoria, a
104 pedido do conselheiro Sérgio Sanches, lembrou os conselheiros de que no dia 30 de

105 maio, a partir das 9h30, haverá uma festa em comemoração aos 15 anos do CERENE na
106 sede da própria entidade. **3. Discussão acerca da vacância nas suplências de**
107 **algumas categorias representativas.** A assessoria colocou que há duas representações
108 sem suplente e três com apenas um suplente. Fez uma retrospectiva do processo de
109 escolha dos conselheiros não governamentais que aconteceu em março deste ano.
110 Colocou que o processo foi prorrogado uma vez e que a Comissão responsável pela
111 organização do mesmo tentou, sem muito sucesso, mobilizar as entidades para que se
112 inscrevessem. O conselheiro Sérgio Gonçalves afirmou que não adianta fazer um novo
113 processo de escolha, sem definir estratégias de mobilização. A conselheira Marilda fez
114 uma reflexão acerca de qual motivo leva as entidades a participarem do CMAS, o que as
115 leva a buscar essa participação, o que significa ser conselheiro e sugere uma discussão
116 sobre essa questão. Reflete ainda que o problema pode ser interno. A conselheira Maria
117 Lenira colocou que a realidade das entidades é complicada na questão das
118 representações, pois possuem estrutura enxuta de recursos humanos e que os diversos
119 conselhos envolvem muitas atividades. A conselheira propôs uma articulação nas bases e
120 lançamento de edital de convocação. O conselheiro Maurício fez as seguintes reflexões:
121 qual o prejuízo do CMAS em não fazer um novo processo de escolha neste momento? É
122 necessário fazer uma discussão acerca da participação de novos conselheiros, pois os
123 espaços de construção das políticas públicas estão segmentados. O conselheiro colocou
124 ainda que existem 32 conselhos diferentes no município atualmente. Sugere que o CMAS
125 provoque um debate a nível municipal acerca dessa discussão. A conselheira Luzia
126 colocou que é uma servidora pública e que se sente incapaz de executar suas tarefas
127 cotidianas e participar com efetividade nas representações. Propõe que as reuniões do
128 CMAS sejam mensais e não quinzenais. O conselheiro Sérgio Gonçalves sugere que a
129 assessoria faça uma pesquisa dentro das categorias representativas para verificar o
130 interesse das mesmas em participar de um novo processo de escolha de conselheiros
131 não governamentais. A conselheira Marilda acrescentou que poderiam ser encaminhados
132 convites para que os ex-conselheiros continuem participando das reuniões,
133 sensibilizando-os para participar novamente do CMAS. Após todas essas discussões,
134 foram feitos os seguintes **ENCAMINHAMENTOS**: 1. O CMAS deverá promover um
135 seminário inter conselhos, que possa discutir esses espaços de participação e controle
136 social. A Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS ficou
137 responsável por essa proposta. 2. A assessoria deverá fazer um levantamento e
138 sensibilização nas categorias representativas, para verificar o interesse das mesmas em
139 participar de um novo processo de escolha de conselheiros não governamentais. 3.
140 Encaminhar ofícios aos conselheiros do CMAS da gestão 2002/2004, convidando-os para
141 que continuem participando das reuniões, ampliando as discussões da mesma. **4.**
142 **Apresentação do Sistema de Informações Sociais – SIS.** A Sra. Erica da assessoria
143 fez uma breve apresentação do SIS, abordando os seguintes aspectos: histórico;
144 finalidade; ações/programas (abrigo, agente jovem, acompanhamento a grupos de
145 mulheres, apoio a pessoa idosa, apoio a pessoa portadora de deficiência, apoio sócio
146 educativo em meio aberto/jornada ampliada, programa de atenção a criança, atendimento
147 a migrantes atendimento a população de rua, benefício de prestação continuada,
148 benefícios eventuais, capacitação para a gestão social, habitação, orientação e apoio
149 sócio familiar, PETI, plantão social e sentinela); e periodicidade de entrega dos relatórios.
150 Em seguida a Sra. Erica apresentou uma tabela comparativa entre ação, meta prevista,
151 meta atendida, valor total e meta pactuada. A conselheira Marilda questionou se os
152 relatórios encaminhados pelas entidades ao CMAS são diferentes do relatório
153 encaminhado para o SIS. A Sra. Erica explicou que até 2002 eram encaminhados
154 relatórios diferenciados, mas que a partir de 2003 os mesmos foram unificados. A
155 conselheira Marilda ainda questionou de que forma os dados ou informações obtidas são
156 utilizadas (produção de indicadores). A Sra. Erica colocou que o SIS iniciou no último

157 trimestre de 2002, não trazendo assim dados referentes ao ano todo, e que só agora
158 com o relatório final de 2003 essas informações poderão ser utilizadas para produção de
159 indicadores e estatísticas. O conselheiro Mauricio salientou que há uma discussão na
160 SEMAS acerca de todos os relatórios produzidos em busca de dados que interessem
161 para produção de indicadores. **5. Momento da Assessoria.** A assessoria lembrou os
162 conselheiros das próximas reuniões das comissões: CPNR – dia 09/06, às 13h30; CPFAS
163 – dia 08/06 às 8h; CPPAS – após a reunião do CMAS e Mesa Diretora – dia 27/05 às 11h.
164 A Sra. Letícia da assessoria informou aos conselheiros sobre o PETI, discussão que já
165 aconteceu no CMAS, sobre os erros do Plano de Trabalho encaminhado pelo Ministério e
166 sobre as metas repactuadas, colocando que foi encaminhado ofício para alterações de
167 metas e entregue pessoalmente em Brasília. Os responsáveis pelo programa em Brasília
168 colocaram que a alteração será feita e que o município não perderá ou terá que devolver
169 recursos. A assessoria colocou ainda que esta resposta será encaminhada por Brasília
170 oficialmente. **6. Palavra Livre.** a) O conselheiro Maurício convidou a todos para o II
171 Encontro de Visibilidade o Trabalho Feminino que acontecerá no dia 08 de junho, das 13h
172 às 20h, no Pavilhão C da PROEB. b) A conselheira Marilda também convidou a todos
173 para o BRIQUE (um espaço alternativo onde se pode vender, expor ou trocar produtos
174 novos ou usados), dia 8 de junho, das 9h às 20h30, na FURB. As inscrições estão abertas
175 via internet. Comunicou ainda que a Sra. Ana Marila da Secretaria de Estado do
176 Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente virá para o Fórum Regional da Política
177 de Assistência Social da Região da AMMVI e discutirá sobre o Sistema de Informações
178 Sociais – SIS. Convidou os presentes para essa reunião do Fórum que acontecerá no dia
179 21 de maio, das 8h30 às 11h30, no Campus IV da FURB. A presidente agradeceu a
180 presença de todos os conselheiros e convidou a todos para a próxima reunião ordinária
181 que acontecerá no dia 2 de junho. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e
182 eu, Letícia W. A. Caputo, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada
183 por mim e pelos demais presentes.

184
185 Vera Lúcia Tillmann Felisberto _____
186 Maria Lenira Fiamoncini _____
187 Luciane Bernardi Mueller _____
188 Vanessa Raquel Cardoso _____
189 Umberto de Oliveira Campos _____
190 Erivanda Oliveira Farias _____
191 Irene Wiggers _____
192 Helena Maria Lima Cunha _____
193 Maurício Weidgenant _____
194 Luzia Müller _____
195 Sérgio Gonçalves _____
196 Sandra Mogk da Silva _____
197 Marilda Angioni _____
198 Cientes: _____